

(Em contos)

Rubricas	Continente	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Total
Invalidez e reabilitação
Prestações dos regimes
Pensão de invalidez, suplementos e complementos	195 922 500	4 441 700	2 835 800	203 200 000
A processar no CNP	195 922 500	2 994 300	2 392 200	201 309 000
A processar na DRSS	0	1 447 400	443 600	1 891 000
Subsídio vitalício	1 384 200	6 400	79 400	1 470 000
.....
Despesas de capital
PIDDAC	13 523 700	0	0	13 523 700
.....
Amortização de empréstimos	10 000 000	0	0	10 000 000
Outras	1 200 000	650 000	650 000	2 500 000
.....

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Julho de 1997. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

Declaração de Rectificação n.º 14-D/97

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 93/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 95, de 23 de Abril de 1997, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 9.º, alínea e), onde se lê «e) [...] as actividades referidas na alínea d) do artigo anterior;» deve ler-se «e) [...] as actividades referidas na alínea b) do artigo anterior;» e no artigo 27.º, onde se lê «São revogados o Decreto-Lei n.º 323/93, de 21 de Setembro, e a Portaria n.º 45-B/94, de 15 de Janeiro.» deve ler-se «São revogados o Decreto-Lei n.º 322/93, de 21 de Setembro, e a Portaria n.º 45-B/94, de 15 de Janeiro.».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Julho de 1997. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

Declaração de Rectificação n.º 14-E/97

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 173/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 162, de 16 de Julho de 1997, cujo original se encontra

arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No artigo 12.º, n.º 3, onde se lê «no n.º 3 do artigo 8.º,» deve ler-se «no n.º 3 do artigo 9.º,».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Julho de 1997. — Pelo Secretário-Geral, *Iolanda Oliveira*.

Declaração de Rectificação n.º 14-F/97

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 144/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 131, de 7 de Junho de 1997, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No 1.º parágrafo do preâmbulo, onde se lê «O Decreto-Lei n.º 147/87, de 24 de Março [...] consagra no seu artigo 75.º o princípio» deve ler-se «O Decreto-Lei n.º 147/87, de 24 de Março [...] consagra no seu artigo 27.º o princípio».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Julho de 1997. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.